

CORREIO NACIONAL



Ministério da Saúde adverte sobre sintomas da doença

Região Norte do Brasil registra novos casos de mpox

Entre 1º de janeiro e 30 de abril, o estado do Amazonas registrou 63 notificações de mpox, sendo 33 casos confirmados e 29 descartados. A Secretaria de Saúde do Amazonas informou que, até o momento, não há registro de óbito causado pelo vírus. Em nota, o órgão reforçou que pessoas que apresentarem sintomas suspeitos, incluindo febre, lesões na pele ou cansaço extremo, devem procurar atendimento médico em uma unidade básica de saúde (UBS), além de

seguir orientações de isolamento.No Pará, de 1º de janeiro à 23 de abril, foram confirmados 19 casos de mpox, sendo 14 apenas na capital, Belém. As demais infecções foram confirmadas nos municípios de Ananindeua e Marituba, além de um caso importado de outro estado. Também em comunicado, a Secretaria de Saúde nega surto no estado e destaca alinhamento e comprometimento para fortalecer medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença.

Novas cepas

Em março, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de infecção pela cepa 1b da mpox no Brasil. A paciente, uma mulher de 29 anos que mora na região metropolitana de São Paulo, teve contato com um familiar que esteve na República Democrática do Congo, país que enfrenta surto

da doença. O ministério informou que o caso no Brasil foi confirmado, por meio da realização de sequenciamento para caracterizar o agente infeccioso. O exame permitiu a obtenção do genoma completo que, segundo a pasta, é muito próximo aos de casos detectados em outros países.

Grupos pedem memorial em MG

Movimentos sociais e partidos políticos ocuparam a antiga sede da Delegacia da Ordem Política e Social, em Belo Horizonte, para transformar o centro de repressão e torturas da ditadura militar em um memorial de preservação da democracia e dos direitos humanos. No último dia 1º de abril, data

da efetivação do golpe de Estado que tomou o país em 1964, movimentos sociais e partidos políticos ocuparam o imóvel, que estava abandonado. Depois do fim da ditadura, o prédio do Dops, que foi inaugurado em 1958, foi transformado em delegacia de polícia e em uma cadeia feminina.

Cobrança em parque é suspensa

A Justiça Federal do Ceará determinou que a concessionária que vai administrar o Parque Nacional de Jericoacoara se abstenha de cobrar ingresso das pessoas que forem visitar a Vila de Jericoacoara, distrito da cidade de Jijoca de Jericoacoara (277 km de Fortaleza) que fica dentro da unidade de

conservação. A decisão liminar assegura que qualquer pessoa pode passar por dentro do parque sem pagar taxas. Ao mesmo tempo, dá à concessionária a possibilidade de cobrar apenas por visitas a atrações do parque, caso da duna do pôr do sol, da pedra furada e da árvore da preguiça.

Escritores na França

A Festa Literária das Periferias (Flup) vai levar oito destacados escritores da literatura brasileira contemporânea para a 34ª edição do Étonnants Voyageurs, em Saint-Malo, na França. Bernardo Carvalho, Daniel Munduruku, Djamila Ribeiro, Eliana Alves Cruz, Geova-

ni Martins, Itamar Vieira Junior, Jefferson Tenório e Marcelo Quintanilha vão participar de debates e apresentações dos seus trabalhos. A intenção da curadoria foi reunir “autores cujas obras reinventam as noções de identidade, memória e resistência.

CNEM faz parceria com academia

A Comissão Nacional de Energia Nuclear recebeu, nesta segunda-feira, 5, representantes da Lomonosov Moscow State University e da Academia Russa de Ciências para discutir possibilidades de cooperação acadêmica e científica no setor nuclear. A reunião foi na sede

da CNEN, no Rio, e contou com a presença do presidente da Comissão, Francisco Rondinelli Junior, além da Assessora de Relações Internacionais da Presidência, Viviane Simões. Foi reiterado o interesse mútuo em desenvolver ações de formação especializada.

País paralisa na redução do analfabetismo funcional

Condição atinge cerca de 29% da população entre 15 e 64 anos

José Cruz/Agência Brasil

Por Isabela Palhares - Folhapress

O Brasil estagnou na redução do analfabetismo funcional e a condição atinge 29% da população de 15 a 64 anos. Esse é o mesmo patamar que o país tinha em 2018 e ainda um recuo em relação a 2009, quando alcançava 27% dos brasileiros.

O resultado é do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), estudo coordenado pela Ação Educativa e que teve início em 2001. Até 2009, o indicador seguiu em contínua queda na proporção de analfabetos funcionais no país, mas desde então segue praticamente inalterado.

O estudo entrevistou 2.544 pessoas em todas as regiões do país. As entrevistas foram feitas pessoalmente com a aplicação de testes com perguntas que refletem situações do cotidiano, em diferentes graus de dificuldade. A margem de erro é de 2 pontos percentuais. O indicador considera que o analfabetismo funcional pode ser dividido em dois níveis: absoluto e rudimentar.

Na última edição, 7% da população dessa faixa etária é con-



Dados de pesquisa mostram ainda transformação no cenário educacional brasileiro

siderada analfabeta absoluta, são aqueles que não conseguem ler palavras ou um número de telefone. Outros 22% ficam no nível de alfabetismo rudimentar, que é quando sabem ler e escrever, mas têm dificuldade para entender textos mais longos ou fazer contas com números maiores.

“A alfabetização é um processo contínuo, por isso, consideramos que existem níveis de proficiência dentro dele. É bastante preocupante que a

proporção de jovens e adultos brasileiros no analfabetismo funcional esteja estática há tanto tempo. De 2018 para cá, não houve avanço”, diz Ana Lima, coordenadora do estudo.

O estudo indica que a maioria dos analfabetos funcionais são pessoas mais velhas, 65% deles têm entre 40 e 64 anos. Mas há ainda uma proporção significativa entre os jovens de 15 e 29 anos e com os que têm entre 30 e 39 anos, ambos com 17%.

Os dados também indicam uma transformação no cenário educacional brasileiro. Para os pesquisadores, a queda do analfabetismo funcional nos primeiros anos do indicador são reflexo da ampliação do acesso ao ensino fundamental e médio e a ampliação de jovens que concluem a educação básica. No entanto, a estagnação do indicador nos últimos anos reflete a baixa qualidade da educação.

Campanha alerta para acidentes

José Cruz/ABr



Ações conscientizam motoristas sobre trânsito seguro

gia no cotidiano, as pessoas acabam relacionando a velocidade ao bem-estar e campanha quer, justamente, dialogar com esse cenário.

“Escolher o tema da velocidade foi uma escolha baseada em evidências. Todos os estudos mostram que esse é um fator de risco fundamental. Então estamos apontando a lanterna para o problema e mostrando que são várias as soluções. Não é só fiscalização, radar e multa. Estamos falando de pequenas

intervenções viárias e de comportamento humano, de educação para um melhor comportamento”, disse.

Já em relação a acidentes ocorridos apenas em rodovias federais, dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), mostram que, em 2024, foram registrados 73.121 acidentes, resultando em 84.489 feridos e 6.160 mortos.

Foi quarto ano consecutivo de aumento no número de mortes em estradas federais,

com alta de 10% em relação a 2023.

“Desacelere é quase que para lembrar: já parou para pensar o quanto a velocidade impacta no risco que você está correndo?”, apontou Catrão.

Saúde mental

O Presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND), Givaldo Vieira, destacou o fato de que a sociedade precisa ser alertada constantemente para o cuidado, não apenas com o trânsito, mas com a saúde, em especial a saúde mental devido ao uso excessivo de dispositivos como celulares.

“Muitas infrações como não uso de equipamento obrigatório, ultrapassar o sinal vermelho estão ligadas ao uso de celular. De certo modo as pessoas estão aceleradas no uso do celular. Elas estão dirigindo e estão trocando mensagens, ouvindo ou falando ao celular e essas infrações estão ligadas a esse comportamento excessivamente acelerado”, concluiu Vieira.

STF

Corte vai julgar contrato civil de trabalhador autônomo

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar se é lícita a contratação civil de trabalhador autônomo ou de pessoa jurídica para prestação de serviços. O tema é objeto do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte (Tema 1.389).

O Tribunal também vai decidir se cabe à Justiça do Trabalho ou à Justiça comum julgar as causas em que se discute fraude nesse tipo de contrato e se a obrigação de provar a alegada fraude é do autor da reclamação trabalhista ou, em sentido contrário, da empresa contratante.

TSE

Regularização do título de eleitor termina dia 19/05

Em 2025, até o dia 25 de abril, 82.328 pessoas procuraram a Justiça Eleitoral (JE) para garantir a regularidade do título. Mas atenção: o prazo para eleitoras e eleitores faltosos ficarem em dia com a JE acaba em 19 de maio, e quem não regularizar a situação poderá ter o título cancelado. No total, mais de 5,1 milhão de pessoas ainda precisam regularizar o documento. A maioria de eleitores faltosos é homem (58%). Quanto ao grau de instrução, o maior número de pessoas com o título irregular corresponde a quem não completou o ensino fundamental (30,33%). Já por faixa etária, os jovens de 25 a 29 anos lideram a lista de faltosos.

STJ

Vendedor pode ser responsável por imóvel

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a legitimidade passiva concorrente entre vendedor e comprador para responder à ação de cobrança de taxas de condomínio posteriores à imissão do comprador na posse do imóvel, na situação em que o contrato não tenha sido registrado em cartório. No caso, o condomínio ajuizou a ação contra um casal para cobrar quotas vencidas entre novembro de 1987 e abril de 1996. O imóvel era de propriedade de uma companhia de habitação popular, que em 1985 prometeu vendê-lo ao casal. A ministra verificou que houve a imissão na posse pelos compradores.

TCU

Programa Nacional de Imunização é avaliado

No dia 29 de abril, a Rede Integrar realizou o webinar “Auditoria Coordenada dos Tribunais de Contas do Brasil no Programa Nacional de Imunizações (PNI)”, com o objetivo de divulgar os resultados da auditoria realizada em 2024 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e outros 20 tribunais de contas estaduais e municipais. A iniciativa buscou contribuir para melhorar o desempenho do PNI e qualificar o debate público sobre sua implementação. O evento discutiu temas como a cooperação do controle para a efetividade das políticas públicas, os resultados da auditoria no PNI, entre outros temas.